

A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DOS PREFEITOS E DAS ELEIÇÕES NA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Jonatan Lautenschlage

Universidade do Minho e NIPE

jlauten@eeg.uminho.pt

Gestão e economia do setor público

Resumo:

Aumentos na despesa pública em anos com atos eleitorais tem sido amplamente analisados. Outro ponto estudado é a possibilidade de se alterar a composição da despesa, também nos anos com eleições. Este artigo desenrola os principais fatores que condicionam os níveis e a composição dos gastos públicos em um grande painel de municípios brasileiros. Os resultados empíricos sugerem que as despesas aumentam durante os anos eleitorais. Durante os anos de eleições locais, há evidências de uma manipulação oportunista da composição da despesa, favorecendo itens altamente visíveis e apreciados pelo eleitorado, nomeadamente os dispêndios com habitação e áreas correlatas que possuem um apeto elevado para o gosto popular. Ao se passar a análise para a influência das características dos prefeitos na composição da despesa pública, tanto durante o mandato como um todo, como durante o ano eleitoral, constatou-se que a ideologia e a formação superior dos prefeitos é importante tanto para o nível das despesas por função, como para as manipulações pré-eleitorais. O alinhamento político com o governo estadual está associado a despesas mais elevadas e a maiores manipulações oportunistas nas despesas com habitação e urbanismo. A similaridade entre o partido do prefeito e do presidente da República tem impacto nos níveis de despesa e no oportunismo. Há também uma ligação entre o gênero do prefeito e os níveis de despesas por funções, entretanto, prefeitos de ambos os gêneros atuam da mesma maneira, no que concerne ao oportunismo, dado que não há diferenças entre o comportamento de ambos em anos eleitorais.

Palavras-chave: Líderes políticos, traços pessoais, política fiscal, ciclos político-econômicos.

1. INTRODUÇÃO

A hipótese de que os formuladores de políticas públicas são ditadores benevolente, que somente buscam maximizar o bem estar da sociedade, já foi há muito abandonada pela economia política. Com foco nos partidos e instituições, muitos estudos demonstraram que as políticas são definidas consoante os desejos dos políticos que desejam se manter no poder, sendo que os incentivos eleitorais acabam por distorcer as políticas, desviando a sociedade do seu nível ótimo de bem estar. Estudos evidenciaram que os incumbentes adotam medidas oportunistas para se reelegerem (Nordhaus, 1975; Rogoff e Sibert, 1988; Rogoff, 1990; Veiga e Veiga, 2007, Drazen e Eslava, 2010; Sakurai e Menezes-Filho, 2011), enquanto outros

implementam políticas direcionadas aos apoiantes e simpatizantes do seu partido (Hibbs, 1977; Alesina, 1987; Petterson-Lidbom, 2008; Albouy, 2013).

Há trabalhos que focam na influência das instituições, como regras eleitorais e formas de governo (Persson e Tabellini, 2003), influência dos grupos de pressão (Grossman e Helpman, 1996) e preferências dos eleitores (Lindbeck e Weibull, 1987; Cox e McCubbins, 1986). A competição eleitoral (Besley *et al.*, 2010; Aidt, *et al.*, 2011) e a rotatividade no poder de partidos de ideologias diferentes (Alesina e Tabellini, 1990) também tem sido identificadas como condicionante das políticas econômicas. Adicionalmente, o alinhamento político entre os políticos dos níveis de governo mais baixos, com os mais altos, também tem sido considerado como fator condicionante especialmente no que toca aos favorecimentos na distribuição das transferências intergovernamentais (Veiga e Pinho, 2007; Brollo e Nannicini, 2012).

Mais recentemente, tem havido um incremento no interesse pelos efeitos das características pessoais dos incumbentes na condução da política econômica e nos resultados eleitorais. Alguns estudos argumentam que as preferências dos políticos dependem de seus traços pessoais e, portanto, os eleitores com traços similares aos governantes são beneficiados pelas políticas adotadas. Entre os atributos, o gênero (Chattopadhyay and Duflo, 2004; Svaleryd, 2009; Ferreira and Gyourko, 2011; Bhalotra and Clots-Figueras, 2014), idade (Alesina, Troiano and Cassidy, 2015), classe social (Carnes and Lupu, 2015), etnia (Pande, 2003) e educação (Besley *et al.*, 2011; Martínez-Bravo, 2016) têm recebido mais atenção.

Este artigo pretende contribuir para essa literatura analisando se as características pessoais dos prefeitos e das eleições brasileiras influenciam as decisões de política fiscal. O Brasil é um estudo de caso particularmente interessante devido ao seu nível de desenvolvimento econômico e político, dimensão e heterogeneidade entre os governos locais. O nosso conjunto de dados inclui despesas classificados segundo as funções governamentais, variáveis que captam o nível de desenvolvimento demográfico, educacional e econômico dos municípios, o nível de educação dos prefeitos, o gênero, a ideologia e alinhamento político com níveis superiores de governo. Para nossa análise, a classificação funcional das despesas é mais relevante que a classificação econômica, pois fornece uma melhor visão das preferências de gastos dos incumbentes.

Estudos anteriores já confirmaram a existência do ciclos político-orçamentários nos municípios brasileiros (Sakurai e Menezes-Filho, 2011; Sakurai, 2009). No entanto, eles não levaram em consideração os atributos pessoais dos prefeitos. Nossos resultados sugerem que as características dos incumbentes, ou seja, ideologia, formação universitária, gênero e

alinhamento político entre o prefeito e níveis superiores do governo, influenciam a política fiscal. Há também evidências de manipulação eleitoral de despesas, especialmente em categorias que são altamente visíveis pelo eleitorado, como habitação. Por fim, constatou-se que a ideologia, a formação superior e o alinhamento, têm influência sobre a magnitude das manipulações pré-eleitorais nos municípios brasileiro, enquanto o gênero não parece ter impacto.

O resto do trabalho prossegue da seguinte maneira. A próxima seção discute a revisão da literatura. A seção 3 descreve o federalismo fiscal brasileiro, o conjunto de dados e a estratégia empírica. Os resultados empíricos são apresentados na seção 4 e a seção final conclui.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Da mesma forma que as democracias são diferentes, os políticos também o são. Desta forma os governantes podem agir de maneira diferente consoante suas características pessoais. A questão dos condicionantes do oportunismo ainda é recente na literatura sobre o poder local, mas já há vários trabalhos sobre isso. A relação entre a ideológica e as eleições tem sido amplamente analisado, os modelos teóricos de Hibbs (1977), Alesina (1987), Alesina e Rosenthal (1995), diferem dos modelos oportunistas, pois assumem que os governantes almejam a reeleição, mas possuem comportamentos diferentes consoante a sua ideologia e procuram beneficiar, durante seus mandatos, os eleitores que os elegeram.

Na seara dos trabalhos empíricos, Kalseth e Rattso (1998) constataram que os governos locais noruegueses administrados pelo Partido Socialista (esquerda) apresentam maiores níveis de despesa com a administração pública e Guillamón *et al.* (2013) evidenciaram que os municípios administrados por partidos conservadores apresentam maiores níveis de despesas com a polícia. Potrafke (2010) evidenciou que a ideologia do partido no poder na Alemanha tem impacto nos montantes despendidos com educação e cultura. Chortareas *et al.* (2016), por sua vez, não evidenciaram alteração na composição das despesas públicas locais na Grécia. Estudos anteriores para o Brasil, nomeadamente Sakurai (2009), concluiu que a ideologia dos prefeitos brasileiros tem impacto sobre os montantes despendidos com saúde e saneamento, habitação e urbanismo, comunicações, legislativo e educação e cultura.

A investigação sobre impacto do gênero no oportunismo ainda é incipiente, contudo a relação entre o gênero do governante e a composição das despesas públicas tem sido amplamente estudado. Chattopadhyay e Duflo (2004) evidenciou que quando os municípios

de duas regiões indianas analisadas eram governadas por mulheres, havia um aumento nos gastos com a provisão de água potável e esgotos, enquanto quando um homem encabeçava o governo, existia um aumento nas despesas com educação. Rehavi (2007) evidenciou que as legisladoras nos parlamentos estaduais norte-americanos desviavam dos seus colegas de partido quando se trata de matérias sobre gastos com saúde pública. Os resultados obtidos por Park (2014) sugerem que nos condados californianos governados por mulheres apresentam maiores níveis de gastos com bem estar social, quando comparados aos seus congêneres do sexo masculino. Svaleryd (2009) analisou os municípios noruegueses e constatou uma migração das despesas para os cuidados com as crianças e educação em detrimento dos gastos com os idosos, isso tudo quando o governo é encabeçado por mulheres. Ferreira e Gyourko (2011), por sua vez, não constaram tal fenômeno. Já Jacobsen (2006) constatou que os prefeitos noruegueses do sexo masculino apresentam menores níveis de gastos com saúde, sociais, educação infantil, cultura e desportos. Sobre o nível de estudo dos governantes, Jacobsen (2006) evidenciou que os governantes locais noruegueses com formação superior, apresentam menores níveis gerais de despesa e despendem menos com saúde, gastos sociais, desenvolvimento empresarial e serviços técnicos.

Outro fator que pode influenciar nos níveis de despesa e condicionar os CPO é o alinhamento político entre os diversos níveis de governo. Hayo e Neumeier (2014) constataram, na Alemanha, uma relação causal entre o alinhamento com o Primeiro Ministro e os níveis de despesa e do déficit orçamentário. Já Sakurai (2009) evidenciou que os prefeitos brasileiros aliados ao Presidente da República despendem menos com agricultura e legislativo e os do mesmo partido do governador de estado gastam mais com saúde e saneamento, habitação e urbanismo e legislativo e menos com agricultura, assistência e previdência e educação e cultura, enquanto Sakurai e Menezes-Filho (2011) concluíram que os prefeitos brasileiros alinhados ao presidente da república apresentam menores níveis de despesas com investimento e os alinhados ao governador de estado, além de despendem menos despesas totais e arrecadarem mais tributos durante o mandato, manipulam mais as despesas totais e correntes em anos eleitorais. Chortareas *et al.* (2016), por outro lado, não evidenciaram uma relação causal entre o alinhamento do governante local com o governo central grego com a magnitude do oportunismo.

No que concerne ao impacto da ideologia na magnitude dos ciclos político-orçamentários Veiga e Veiga (2007) e Aidt *et al.* (2011) evidenciaram que os CPO são maiores durante governos de esquerda no poder local português. Sakurai e Menezes-Filho (2011) não evidenciaram efeito condicionador da ideologia nos CPO nos municípios

brasileiros, contudo constataram que os de esquerda e direita apresentam menores níveis de despesas totais. Cioffi *et al.* (2012) constataram que a cor partidária tem impacto na condução da política fiscal em anos eleitorais na Itália e Benito *et al.* (2012) evidenciaram que os políticos de esquerda apresentam maiores CPO nos municípios de Espanha. Contudo, segundo Herwartz e Theilen (2014) o impacto da ideologia do político na condução das despesas em áreas sociais têm vindo a perder influência, enquanto o ciclo eleitoral tem passado a ter grande impacto nessa componente dos gastos públicos. O impacto do nível de formação sobre o oportunismo foi estudado por Besley *et al.* (2011), sendo que os mesmos constataram que na Índia, o grau de estudo dos políticos e da população é inversamente proporcional ao oportunismo.

3. Descrição das variáveis e fontes dos dados

O Brasil é um país federal com três níveis de governo: o governo federal, 27 estados e 5570 municípios. As funções atuais de cada nível de governo foram definidas em 1988, após a aprovação da nova Constituição. Os municípios intervêm em diversas áreas, nomeadamente em água e saneamento, segurança social, educação, atividades recreativas, polícia, saúde, proteção contra incêndios, estradas. Algumas competências são compartilhadas com os governos estaduais e a União.

Além da Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal¹ (LRF) também condiciona as decisões de política fiscal, definindo regras para a gestão da despesa e da dívida pública² para os três níveis de governo. De acordo com o LRF, todas as despesas públicas devem ter definida a sua fonte de financiamento, existem limites para a dívida pública e gastos com pessoal³. Os governos devem, também, definir e realizar metas fiscais trimestrais. Em caso de incumprimento, os prefeitos estão sujeitos a sanções penais e os municípios por eles governados estão impedidos de receber transferências do Governo Federal.

Nos municípios, o poder executivo recai sobre o prefeito, o vice-prefeito e os secretários. O prefeito e o vice-prefeito são eleitos por sufrágio universal direto, enquanto os secretários municipais são escolhidos pelo primeiro. Os governos locais podem permanecer no cargo por um período máximo de dois mandatos consecutivos de quatro anos. A legislatura é formada por vereadores, eleitos por representação proporcional. Eles aprovam as leis e supervisionam o poder executivo. Os poderes executivo e legislativo são independentes. As

¹ Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

² Os limites de endividamento existem somente para os governos estaduais e municipais.

³ 60% da receita corrente líquida, 54% para o Poder Executivo e 6% para o Legislativo

eleições locais para prefeitos e vereadores acontecem simultaneamente, sempre no primeiro domingo de outubro. Os prefeitos são eleitos de acordo com a regra da pluralidade. Em cidades com mais de 200 mil eleitores, caso de nenhum dos candidatos obter mais de 50% dos votos, uma segunda rodada de eleições ocorre entre os dois principais contendores, após um mínimo de dez dias, também em um domingo de outubro. Durante o período analisado, ocorreram eleições locais em 2004, 2008 e 2012. As eleições gerais para o governo federal e estadual ocorreram em 2002, 2006, 2010 e 2014.

Os dados sobre os gastos municipais foram extraídos do banco de dados Finanças do Brasil - Dados Contábeis sobre os Municípios da Secretaria Nacional do Tesouro. A amostra abrange 4261 municípios de 2002 a 2014. Todos os dados estão expressos em termos per capita e a preços de 2014. O índice de preços utilizado para deflacionar os dados foi obtido da Fundação Getúlio Vargas.

A classificação funcional brasileira dos gastos compreende 28 categorias⁴. Para facilitar comparações internacionais e evitar um número excessivo de zeros em algumas séries, as categorias originais foram agregadas de acordo com a classificação do FMI de despesa por funções do governo. A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva das variáveis utilizadas no trabalho empírico.

A especificação básica utilizada na análise empírica é a que se segue:

$$y_{jit} = \sum_{j=1}^p \theta_j y_{i,t-j} + Eleição_{it} \beta_1 + ApósEleição_{it} \beta_2 + Munic'_{i,t} \beta_3 + Pref'_{i,t} \beta_4 + Tempo_t \beta_5 + \mu_i + \varepsilon_{it}$$

onde, y_{jit} representa cada uma das componentes fiscais analisadas, uma para cada rubrica ($j = 1, \dots, 10$), i indica o município ($i = 1, \dots, 4261$) e t indica o ano ($t = 2002, \dots, 2014$). $y_{i,t-j}$ é a variável dependente defasada. $Eleição_{it}$ e $ApósEleição_{it}$ são variáveis binárias, para, respectivamente, os anos eleitorais locais (2004, 2008 e 2012) e gerais (2002, 2006, 2010 e 2014). $Munic'_{i,t}$ e $Pref'_{i,t}$ são vetores de variáveis utilizadas para controlar as características dos municípios e dos prefeitos. $Tempo_t$ é uma tendência de tempo, μ_i representa efeitos fixos e ε_{it} o termo de erro. Finalmente, β_1 a β_6 e θ_j são coeficientes ou vetores de coeficientes a serem estimados.

O vetor Pref inclui cinco variáveis binárias. $Feminino_{it}$ e $Superior_{it}$, identificam, respectivamente, prefeitas e prefeitos com grau universitário. $Esquerda_{it}$ assume o valor de 1

⁴Legislativo, judiciária, essencial, administração, segurança, assistência, previdência, saúde, trabalho, educação, cultura, cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, ambiental, ciência, agricultura, agrária, indústria, comércio, comunicações, energia, transporte, desporto e especiais.

quando o chefe do poder local pertence a um partido de esquerda⁵. $Pres_{it}$ e Gov_{it} são iguais a um quando o prefeito é do mesmo partido que o presidente ou o governador do estado, respectivamente.

Tabela 1: Estatísticas descritivas.

Variáveis dependentes (y)		(1) N	(2) Média	(3) Desvio Padrão	(4) Mínimo	(5) Máximo
desptot	Despesa total	51,130	20.66	15.83	0.105	2,272
genpubserv	Serviços Públicos Gerais	50,546	4.626	4.406	0	522.6
pubordsafety	Segurança pública	48,313	0.0925	0.359	0	35.62
econaffairs	Assuntos Econômicos	48,285	1.849	2.614	0	90.45
environ	Questão Ambiental	50,099	0.0851	0.313	0	16.27
housing	Habitação e gastos correlatos	48,986	2.266	2.541	0	214.7
health	Saúde	50,817	4.333	3.330	0.000105	487.9
reccultrel	Recreação, Cultura, Desportos e Lazer	50,761	0.441	0.655	0	61.80
education	Educação	50,938	5.727	4.589	0.000137	786.2
socialprot	Proteção Socail	48,500	1.180	1.186	0	106.8
<i>Munic</i>						
PIB		51,130	15,062	18,033	1,861	928,498
PES65		51,132	0.0696	0.0221	0.00643	0.204
Urbano		51,132	0.599	0.232	0	1
Analfabetismo		51,132	20.26	12.10	0.910	59.95
Ano		51,132	2,007	3.306	2,002	2,014
<i>Pref</i>						
Esquerda		51,132	0.132	0.338	0	1
Feminino		51,132	0.0764	0.266	0	1
Superior		51,132	0.416	0.493	0	1
Pres		51,132	0.0849	0.279	0	1
Gov		51,132	0.214	0.410	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor

O vetor *Munic* compreende variáveis que controlam as características demográficas e socioeconômicas dos municípios que podem influenciar o nível de gastos. $L. PIB_{it-1}$ é o PIB municipal por habitante no município i no ano $t-1$. É um período defasado para evitar problemas de endogeneidade. $Analfabetismo_{it}$ é a percentagem de indivíduos com mais de 15 anos de idade que são analfabetos. $PES65_{it}$ é a percentagem de população com 65 anos de idade ou mais⁶. $Urbano_{it}$ representa a percentagem da população que reside na área urbana.

O modelo econométrico será estimado segundo o método Sistema GMM (SGMM) desenvolvido por Arrelano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998). A escolha deste método é consequência das características dos dados e do modelo utilizados. A base de dados

⁵ A classificação proposta por Zucco (2011) foi utilizada para identificar os partidos de acordo com sua ideologia.

⁶ Uma versão inicial do vetor $Munic'_{it}$ também incluiu a percentagem de população com menos de 15 anos. No entanto, como o período de amostragem é relativamente curto, há pouca variação nessas séries, criando colinearidade com os efeitos fixos municipais. O teste *Variance Inflated Factors* (VIF) sugeriram que essa variável deveria ser excluída da análise.

utilizada neste artigo é composta por informações de 2228 municípios espalhados pelos 26 estados brasileiros entre os anos de 2001 e 2012, para as receitas e de 2002 até 2012 para as despesas, isso significa que o painel de dados é balanceado e os modelos a serem estimados são dinâmicos, ou seja, a variável dependente defasada ($y_{i,t-j}$) é utilizada como variável explicativa e ao fazer isso, segundo Verbeek (2008), pode-se incorrer em problemas relacionados à heteroscedasticidade, autocorrelação e endogeneidade. Os estimadores por efeitos fixos ou por efeitos aleatórios poderiam superar esse problema, contudo, é preciso que o horizonte temporal seja elevado, o que não ocorre com a base de dados utilizada nesse trabalho.

Segundo Roodman (2006) para superar esses problemas Arrelano e Bond (1991) elaboraram um método que primeiramente retira as diferenças aos estimadores e posteriormente é aplicado o Método dos Momentos Generalizados (GMM). O SGMM descrito por Arrelano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998) adiciona um pressuposto adicional ao estimador de Arrelano e Bond (1991), no qual as primeiras diferenças dos instrumentos não são correlacionadas com os efeitos fixos, ao fazer isso, aumenta-se a eficiência, dada a elevação do número de instrumentos, pois agora há um sistema de duas equações composto pela original e a transformada.

Quando se utilizam instrumentos é preciso assegurar que os mesmos sejam exógenos, ou seja, que não estejam correlacionados com o termo de erro e para atingir esse objetivo, utiliza-se o teste de Hansen⁷ que testa para a sobre-identificação dos instrumentos. Com a eficiência do estimador assegurada é preciso garantir a inferência estatística. Para isso, utiliza-se o procedimento proposto por Windmeijer (2005) que corrige os erros padrão gerados pelo método SGMM e permite que se realizem os testes de hipótese. Quando se está a trabalhar com o método sistema GMM é expectável que haja autocorrelação de primeira ordem, mas não de segunda, para tal, utiliza-se o teste de Arellano-Bond para correlação serial de primeira e segunda ordens.

⁷ Hansen, L. P. (1982). Large sample properties of generalized method of moments estimator. *Econometrica*, 50(4), 1029-1054.

4. RESULTADOS EMPÍRICOS

Nessa seção, que corresponde à parte empírica, são expostos e analisados os resultados obtidos segundo o método sistema GMM para o modelo descrito no capítulo 3. Nas tabelas 2 e 3 estão expostos esses resultados, sendo que na tabela 3, os coeficientes expostos, representam os efeitos marginais das variáveis.

4.1. Prefeitos e os níveis da despesas segundo a classificação funcional

Os prefeitos de partidos de esquerda, quando comparados aos demais, *ceteris paribus*, apresentam menores níveis de gastos com habitação. Há indícios (10% de significância) de que os gastos com a questão ambiental são superiores e com a questão social são inferiores em municípios governados por prefeitos de esquerda o que vai de encontro aos resultados obtidos por Kneebone e McKenzie (2001), que evidenciaram um aumento no desvio das despesas sociais nos municípios administrados por partidos de esquerda, nas províncias canadianas.

O gênero do governante local brasileiro, tem impacto nos gastos com assuntos econômicos e com a questão ambiental, ou seja, governos encabeçados por mulheres, apresentam menores níveis de gastos com a primeira e maiores com a segunda. Besley e Case (2003), Jacobsen (2006), Clots-Figueras (2012) e Park (2014) constataram que o fato do governo ser encabeçado por mulheres, impacta numa alteração da composição da despesa com primazia pelos gastos voltados às áreas sociais, contudo, para o caso brasileiro, isso não é verificado.

Os prefeitos com, no mínimo, formação superior, despendem, quando comparados aos demais, menos com serviços públicos gerais, habitação e proteção social e mais com a questão ambiental. Jacobsen (2006) analisou o impacto dos anos de estudo na composição das despesas nos municípios noruegueses e constatou um comportamento similar ao exposto na tabela 3, no que concerne aos gastos sociais, uma vez que o nível de educação é inversamente proporcional à essas despesas. Por outro lado, ele evidenciou uma relação causal entre os anos de estudo do político local e os gastos com negócios e agricultura e com os serviços técnicos, o que não é observado nos municípios brasileiros, uma vez que não alteração nos dispêndios com assuntos econômicos.

Tabela 2: Despesas por funções e despesa total

VARIABLES	(1) genpubserv	(2) pubordsafte	(3) econaffairs	(4) environ	(5) housing	(6) health	(7) reccultrel	(8) education	(9) socialprot	(10) desptot
Eleição	-0.126*** (-3.306)	-0.00729 (-1.407)	0.105** (2.340)	-0.00652** (-2.512)	0.0826*** (4.588)	0.0427* (1.682)	-0.0149* (-1.757)	-0.125*** (-3.111)	-0.0268*** (-3.348)	0.0177 (0.154)
ApósEleição	0.199*** (7.112)	-0.00470 (-0.965)	-0.0202 (-0.878)	-0.00677*** (-2.991)	-0.311*** (-18.11)	0.0212 (1.310)	-0.0810*** (-13.83)	-0.222*** (-7.852)	-0.0436*** (-4.717)	-0.664*** (-9.670)
L.PIB	5.75e-06 (0.987)	-7.66e-07 (-0.932)	-0.000121** (-2.213)	3.29e-06*** (3.521)	1.16e-05 (1.518)	1.43e-06 (0.408)	1.50e-06 (0.591)	1.42e-05*** (2.587)	7.81e-06*** (2.980)	2.16e-05 (0.910)
PES65	3.627** (2.154)	-0.199** (-2.106)	-1.220 (-0.166)	0.138 (1.116)	1.163 (1.015)	2.259*** (2.645)	0.401 (1.092)	-0.132 (-0.0845)	6.184*** (10.87)	10.80* (1.903)
Urbano	-0.514*** (-3.153)	0.0245** (2.203)	-1.999 (-1.303)	0.0136 (1.304)	1.277*** (11.45)	-0.163*** (-2.759)	-0.0187 (-1.253)	-1.082*** (-4.217)	0.460*** (9.149)	-1.626*** (-2.712)
Analfabetismo	-0.0144*** (-3.860)	-0.000763 (-1.622)	-0.124*** (-2.752)	9.15e-05 (0.204)	-0.0174*** (-3.930)	-0.00781*** (-2.915)	0.000120 (0.102)	-0.00625 (-1.506)	-0.00431*** (-2.733)	-0.0445** (-2.433)
Esquerda	0.0289 (0.530)	-0.00402 (-0.978)	0.0322 (0.299)	0.0141* (1.725)	-0.309*** (-4.722)	-0.0161 (-0.619)	0.00378 (0.421)	0.0164 (0.201)	-0.0618* (-1.941)	0.00578 (0.0310)
Feminino	0.0497 (0.825)	0.00154 (0.373)	-0.168** (-2.169)	0.0247*** (2.881)	-0.0258 (-0.377)	0.00337 (0.133)	0.00472 (0.546)	0.124 (1.361)	-0.0149 (-0.445)	0.0835 (0.391)
Superior	-0.103** (-2.402)	0.00120 (0.622)	-0.108 (-1.055)	0.00810** (2.212)	-0.0744** (-2.306)	-0.0218 (-1.141)	-0.00285 (-0.583)	-0.0773 (-1.507)	-0.104*** (-5.565)	-0.117 (-0.856)
Pres	-0.00386 (-0.0527)	0.00643 (1.273)	-0.244 (-1.629)	-0.0187* (-1.924)	0.0470 (0.586)	0.00719 (0.223)	0.00317 (0.326)	-0.0917 (-0.837)	-0.0932** (-2.314)	0.0265 (0.108)
Gov	0.0214 (0.710)	0.00743 (1.205)	0.0705 (1.302)	0.000650 (0.153)	0.104*** (2.973)	0.0419*** (3.074)	0.00819* (1.880)	0.0739 (1.518)	0.0167 (0.974)	0.251** (2.252)
Tempo	0.0414*** (5.252)	0.00283*** (4.004)	0.0695*** (3.536)	0.00853*** (12.74)	0.120*** (15.01)	0.0367*** (2.718)	0.00571** (2.297)	0.163*** (6.957)	0.0641*** (18.96)	0.239*** (4.492)
Yt-1	0.815*** (12.98)	0.915*** (11.20)	0.472 (1.453)	0.196*** (2.889)	0.125*** (3.406)	0.925*** (17.87)	0.935*** (10.48)	0.638*** (7.965)	0.0372 (1.234)	0.878*** (14.46)
Constant	0.986*** (3.556)	0.0206 (0.902)	6.144*** (2.657)	-0.0522** (-2.205)	0.692*** (3.105)	0.414** (2.489)	0.00216 (0.0372)	1.888*** (4.090)	0.116 (1.422)	2.675** (2.147)
Observations	44,173	42,086	42,066	43,750	42,699	44,232	44,387	44,436	42,256	44,759
Number of Codigo	5,440	5,440	5,440	5,441	5,440	5,441	5,441	5,441	5,440	5,441
hansenp	0.0579	0.783	0.173	0.515	0.264	0.181	0.0510	0.186	0.313	0.151
ar1p	0.145	0.0414	0.0249	2.39e-05	0.0245	0.250	0.0796	0.213	0.138	0.226
ar2p	0.176	0.0689	0.409	0.901	0.0492	0.275	0.141	0.215	0.794	0.244

Notas: - Estatística t entre parênteses. - Níveis de significância *10%, ** 5% e *** 1% - O valor de Hansen é o p-valor. O Teste de Hansen testa a exogeneidade dos instrumentos, sob a hipótese nula, de que os instrumentos são exógenos, esta estatística do teste segue a distribuição χ^2 , onde é igual ao número de restrições sobre-identificadas. - Para a regressão por Sistema GMM foram utilizados como instrumentos as variáveis mudas para cada município, bem como os defasamentos de todas as variáveis explicativas utilizadas em cada modelo, sendo que os defasamentos variaram de 2 a 7. Yt-1 representa a variável dependente defasada - AR1 e AR2 são testes Arellano-Bond para correlação serial de primeira ordem e segunda ordem nos resíduos da primeira diferença, assintoticamente distribuídos como N(0,1) sobre a hipótese nula de haver correlação serial. - Os erros padrão foram corrigidos segundo metodologia de Windmeijer (2005). -- As estimações foram realizadas utilizando o software econométrico Stata[®] 13 for Mac.

Os aliados ao Presidente da República direcionam menos recursos para função proteção social. Já os do mesmo partido do governador de estado, apresentam maiores níveis de despesas com habitação, saúde e gastos totais. Sakurai (2009), que também analisou o impacto do alinhamento dos governantes locais com os outros níveis de governo, obteve resultados opostos no que concerne aos gastos com habitação, uma vez que ele concluiu que prefeitos da mesma agremiação partidária do Governador de Estado, apresentam menores níveis de despesas urbanismo, no qual a habitação está inserida.

Quando se analisam as demais variáveis explicativas, percebe-se que a variável dependente defasada é significativa para a maioria das despesas à exceção das funções assuntos econômicos e proteção social. Já o nível do produto interno bruto defasado do município, tem impacto, *ceteris paribus*, nos níveis dos gastos com a questão ambiental, educação e proteção social, desta forma, um aumento no PIB, acarreta em aumentos nessas despesas. Por outro lado, maiores níveis de produto acarretam em menores níveis de gastos com assuntos econômicos. Municípios com maior percentual de população com mais de 65 anos de idade, apresentam, maiores níveis de despesas, de gastos gerais, com saúde e com proteção social, além de menores níveis de dispêndios com a segurança pública.

Os governos locais com maior grau de urbanização despendem mais com segurança pública, com habitação e com proteção social, esses resultados já eram esperados, pois são gastos característicos de zonas urbanas. Contudo, os municípios mais urbanos, apresentam menores níveis de despesas, com gastos gerais, com saúde e com educação. No Brasil, o transporte dos estudantes da zona rural para as escolas, é de competência do poder local, desta forma, é compreensível que localidades mais urbanas, apresentam menos gastos com essa deslocação e conseqüentemente, com educação. Já o nível médio de analfabetos influencia nos níveis dos gastos com gastos gerais, assuntos econômicos, habitação, proteção social e despesas totais. Municípios com maior parcela da população sem estudos, apresentam menores níveis desses dispêndios.

4.2.CPO nas despesas segundo a classificação funcional

Rogoff (1990) argumenta que em anos eleitorais os incumbentes podem alterar a composição das despesas públicas para passar uma imagem de maior competência aos eleitores. Ao se passar a analisar o oportunismo, percebe-se que, em anos eleitorais, há aumentos nas funções assuntos econômicos e habitação, enquanto os gastos com serviços gerais, questão ambiental, educação e proteção social apresentam uma redução nos anos com

votações locais. As funções segurança pública, saúde, religião e cultura e as despesas totais, não apresentam alteração. No ano subsequente às eleições, há reduções nas despesas totais e nas funções questão ambiental, habitação, recreação e lazer, educação e proteção social e há elevação dos gastos com serviços gerais.

Quando se comparam esses resultados aos existentes na literatura, percebe-se que os a redução nos gastos com proteção social em anos eleitorais são opostos às conclusões de Kneebone e Mckenzie (2001) para as províncias canadiana. Já os resultados de Enkelmann e Leibrecht (2013), não indicam manipulações nessas despesas. Kneebone e Mckenzie (2001) evidenciaram, também, manipulações oportunistas nos gastos com o desenvolvimento da indústria nos períodos eleitorais, o que, conforme indica a coluna 3 da tabela 3, também ocorre no poder local brasileiro, uma vez que há um aumento nos dispêndios com assuntos econômicos.

Os gastos com habitação apresentam uma elevação em anos eleitorais nos municípios brasileiro, esse comportamento também foi constatado por Drazen e Eslava (2010) para os governos locais colombianos, entretanto, não foi, segundo, Enkelmann e Leibrecht (2013), observado nas nações europeias. As despesas com o ambiente apresentam uma redução nos anos eleitorais nos municípios do Brasil, o que vai de encontro às realidade evidenciada por Enkelmann e Leibrecht (2013) para os países europeus, nomeadamente nos do leste, nos quais há aumentos nesses dispêndios. O mesmo ocorre com os gastos com educação, que no Brasil são reduzidos e na Europa elevados antes das votações. Por fim, as despesas totais, com segurança, saúde e recreação, não são manipuladas nem no Brasil nem nos países europeus.

Meneguín *et al.* (2005), evidenciaram que os eleitores brasileiros tendem a punir os Segundo os resultados expostos na tabela 3, os gastos com habitação são elevados em anos com eleições e os mesmos são facilmente visualizados pelos eleitores. Da mesma forma, os gastos com serviços gerais são observáveis pelos cidadãos e são reduzidos nos anos com votações. Esses resultados podem ser explicados pelo fato dos eleitores brasileiros recompensarem, conforme contatado por investimentos e punirem os políticos que mais despendem com o custeio da máquina pública.

4.3.Características dos líderes e CPO

Para ser possível analisar o efeito condicionador das características dos prefeitos brasileiros no oportunismo é necessário gerar novas variáveis com a interação das

características dos prefeitos contidas no vetor *Pref* (*Esquerda*_{*i,t*}, *Feminino*_{*i,t*}, *Superior*_{*i,t*}, *Pres*_{*i,t*} e *Gov*_{*i,t*}) com a variável *Eleição*_{*t*} e adicioná-las ao modelo base. Na tabela 3, estão expostos os efeitos marginais obtidos para cada uma das interações geradas. Segundo Verbeek (2008) utilizar os efeitos marginais para análise é mais indicado, dado que a hipótese do *ceteris paribus* não se mantém, pelo fato de haver uma a variável e a interação no mesmo modelo.

Quando se passa a analisar o impacto das características dos governantes sobre a magnitude dos CPO ao nível local brasileiros, percebe-se que o fato do prefeito ser de partidos de esquerda somente tem impacto sobre o oportunismo, no que concerne aos gastos com saúde, uma vez que em anos eleitorais, os governantes desta ideologia, aumentam esses gastos, quando, comparados aos de centro e direita.

Já os prefeitos que possuam, no mínimo formação superior, diminuem, em anos eleitorais, despesas com a questão ambiental e elevam os gastos com habitação. Esse comportamento de elevação nos gastos com habitação antes das eleições é, segundo Rogoff e Sibert (1988) um comportamento oportunista, o que indica que o fato do prefeito ter frequentado uma universidade, não eliminou o comportamento oportunista.

Tabela 3: Efeito marginais dos impactos das características dos prefeitos

VARIABLES	(2) genpubserv	(4) pubordsafte	(6) econaffairs	(8) environ	(10) housing	(12) health	(14) reccultrel	(16) education	(18) socialprot	(20) desptot
Eleição*Esquerda=0	-0.120*** (-2.820)	-0.007 (-1.135)	0.100** (2.386)	-0.006** (-2.253)	0.075*** (3.924)	0.031 (1.112)	-0.016* (-1.693)	-0.125*** (-2.710)	-0.033*** (-3.799)	0.031 (0.237)
Eleição*Esquerda=1	-0.166*** (-3.273)	-0.012 (-1.604)	0.135 (1.640)	-0.008 (-1.351)	0.131*** (3.056)	0.127*** (3.348)	-0.010 (-0.563)	-0.123*** (-3.457)	0.015 (1.069)	-0.078 (-0.653)
Observations	44,173	42,086	42,066	43,750	42,699	44,232	44,387	44,436	42,256	44,759
Teste de Wald	0.469	0.605	0.561	0.770	0.221	0.0334	0.779	0.972	0.00148	0.547
Eleição* Feminino=0	-0.110*** (-2.754)	-0.009 (-1.571)	0.106** (2.315)	-0.006** (-2.202)	0.076*** (3.991)	0.051** (1.967)	-0.015* (-1.680)	-0.126*** (-2.966)	-0.027*** (-3.202)	0.042 (0.351)
Eleição* Feminino=1	-0.334** (-2.197)	0.011 (0.916)	0.086 (1.420)	-0.016 (-1.263)	0.170*** (2.710)	-0.072 (-0.695)	-0.013 (-0.702)	-0.108 (-1.567)	-0.027 (-1.528)	-0.315 (-0.823)
Observations	44,173	42,086	42,066	43,750	42,699	44,232	44,387	44,436	42,256	44,759
Teste de Wald	0.160	0.134	0.726	0.422	0.156	0.246	0.901	0.818	0.999	0.374
Eleição* Superior =0	-0.137** (-2.354)	-0.014** (-2.171)	0.116** (2.322)	-0.002 (-0.668)	0.048** (2.002)	0.062* (1.734)	-0.018 (-1.357)	-0.148** (-2.193)	-0.032*** (-2.918)	0.051 (0.286)
Eleição* Superior=1	-0.109*** (-3.078)	0.002 (0.175)	0.088** (2.034)	-0.013*** (-3.363)	0.131*** (5.522)	0.014 (0.507)	-0.011 (-1.550)	-0.093*** (-4.206)	-0.019** (-2.405)	-0.032 (-0.313)
Observations	44,173	42,086	42,066	43,750	42,699	44,232	44,387	44,436	42,256	44,759
Teste de Wald	0.674	0.188	0.383	0.0150	0.00912	0.258	0.643	0.446	0.284	0.682
Eleição* Pres=0	-0.114*** (-2.859)	-0.006 (-1.057)	0.097** (2.230)	-0.007** (-2.514)	0.079*** (4.247)	0.043 (1.632)	-0.016* (-1.799)	-0.126*** (-2.903)	-0.030*** (-3.576)	0.041 (0.331)
Eleição* Pres=1	-0.292*** (-3.687)	-0.028** (-2.285)	0.213** (2.534)	-0.003 (-0.548)	0.126** (2.045)	0.032 (0.550)	0.002 (0.091)	-0.113** (-2.414)	0.014 (0.795)	-0.326* (-1.708)
Observations	44,173	42,086	42,066	43,750	42,699	44,232	44,387	44,436	42,256	44,759
Teste de Wald	0.0407	0.101	0.0621	0.571	0.471	0.850	0.341	0.855	0.0172	0.120
Eleição* Gov=0	-0.121*** (-2.663)	-0.008* (-1.750)	0.096** (2.195)	-0.009*** (-2.965)	0.068*** (3.301)	0.038 (1.273)	-0.019* (-1.842)	-0.136*** (-2.793)	-0.029*** (-3.195)	-0.022 (-0.160)
Eleição* Gov=1	-0.145*** (-3.785)	-0.003 (-0.188)	0.140** (2.242)	0.003 (0.806)	0.140*** (4.116)	0.060** (2.353)	-0.000 (-0.007)	-0.079*** (-2.679)	-0.016 (-1.224)	0.179* (1.917)
Observations	44,173	42,086	42,066	43,750	42,699	44,232	44,387	44,436	42,256	44,759
Teste de Wald	0.670	0.759	0.311	0.0131	0.0714	0.563	0.213	0.292	0.366	0.208

Notas: - Estatística t entre parênteses. - Níveis de significância *10%, ** 5% e *** 1% - Para a regressão por Sistema GMM foram utilizados como instrumentos as variáveis mudas para cada município, bem como os defasamentos de todas as variáveis explicativas utilizadas em cada modelo, sendo que os defasamentos variaram de 2 a 10. Os erros padrão foram corrigidos segundo metodologia de Windmeijer (2005). - O Teste de Wald exposto na tabela possui como hipótese nula a combinação linear entre as variáveis explicativas $Eleição$ e a interação analisada que fazem parte do vetor $Pref$ $H_0: \beta Eleição - \beta Pref Eleição = 0$. - As estimações foram realizadas utilizando o software econométrico Stata[®] 13 for Mac.

Ao passar a análise ao impacto do alinhamento entre os níveis de governo, percebe-se que os aliados ao Presidente da República, escolhem, em anos eleitorais, reduzir os gastos com serviços gerais, o que não configura um comportamento oportunista, dado que há redução nesses dispêndios. Já no que concerne aos governantes locais brasileiros aliados aos Governadores de estado, parecem ter um comportamento, quando comparados aos não alinhados e tudo o resto igual, oportunista pelo maior aumento das despesas com habitação. Os resultados obtidos para o gênero, indicam que políticos de ambos os gêneros agem na mesma forma, não há distinção entre ambos, no que corresponde ao oportunismo.

5. CONCLUSÕES

A existência dos CPO foi confirmada nas despesas públicas dos municípios brasileiros. As despesas escolhidas para serem aumentadas em anos com eleições são as com assuntos econômicos e habitação, enquanto as com serviços públicos gerais, ambiente, educação e proteção social, são reduzidas nos mesmos períodos. Fica evidente uma preferência pelas elevações das funções mais visíveis aos cidadãos, o que corrobora com as conclusões de Rogoff (1990). Ainda sobre os gastos com habitação, os mesmos seguem exatamente o comportamento de um ciclo político-orçamentário, pois são elevados antes das eleições e deduzidos no seguinte.

Sobre o impacto das características dos prefeitos sobre o oportunismo pré-eleitoral, os resultados indicam que a ideologia, o nível educacional, e o alinhamento ao Presidente da República e ao Governador de Estado, possuem impacto condicionante dos ciclos político-orçamentários nas despesas. Os prefeitos de partidos de esquerda, escolhem elevar, mais que os demais, os gastos com saúde nos períodos que antecedem às eleições. Os chefes dos poderes executivos locais com formação superior, diminuem, quando comparados aos demais, os gastos com ambiente e elevam os com habitação, antes das votações locais, sendo que os alinhados ao governador do estado, também, aumentam os gastos com habitação, nos anos com eleições locais. Ainda sobre o alinhamento político, os prefeitos do mesmo partido do presidente da República, reduzem os gastos públicos gerais e aumentam os com assuntos econômicos, no ano eleitoral. Os resultados indicam que o gênero não tem influência sobre o oportunismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDT, T.S.; VEIGA, F.J.; VEIGA, L.G. Election results and opportunistic policies: a new test of the rational political business cycle model. **Public Choice**, n. 148, p. 21–44, 2011.

ALBOUY, D.. Partisan representation in Congress and the geographic distribution of federal funds. **The Review of Economics and Statistics**, v.95, n. 1, p. 127–141, 2013.

ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, n.102, p. 651–78, 1987.

_____; TABELLINI, G. A positive theory of fiscal deficits and government debt. **The Review of Economic Studies**, v. 57, n.3, p. 403-414, 1990.

_____; ROSENTHAL, H. **Partisan Politics, Divided Government, and the Economy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.

_____; TROIANO, U.; CASSIDY, T. Old and young politicians. **NBER Working Paper**, 20977, 2015.

ARELLANO, M.; BOND, S. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. **The Review of Economic Studies**, n. 58, p. 277–297, 1991.

_____; BOVER, O. Another look at the instrumental variable estimation of error-component models. **Journal of Econometrics**, n. 68, p. 29–51, 1995.

BENITO, B.; BASTIDA, F.; VICENTE, C. Political budget cycles in local government. **Lex Localis – Journal of Local Self-Government**. v. 10, n.4, p. 341-361, 2012.

BESLEY, T.; MONTALVO, J.G; REYNAL-QUEROL, M. Do educated leaders matter? **The Economic Journal**, v.121, n.554, p. 205–227, 2011.

_____; PERSSON, T.; STURM, D. Political competition, policy and growth: theory and evidence from the United States. **Review of Economic Studies**, v. 77, n.4, p. 1329-1352, 2010.

_____; CASE, A. Political institutions and policy choices: evidence from the United States. **Journal of Economic Literature**, n.41, p. 7-73, 2003.

_____. PERSSON, T.; STURM, D. Political competition, policy and growth: theory and evidence from the United States. **Review of Economic Studies**, v.77, n.4, p. 1329-1352, 2010.

BHALOTRA, S.; CLOTS-FIGUERAS, I. Health and the political agency of women. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 6, n. 2, p. 164–197, 2014.

BLUNDELL, R., BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. **Journal of Econometrics**, n. 87, p. 115–143, 1998.

BROLLO, F.; NANNICINI, T. Tying your enemy's hands in close races: the politics of

federal transfers in Brazil. **American Political Science Review**, n. 106, p. 742-761, 2012.

CARNES, NICHOLAS; LUPU, N. Rethinking the comparative perspective on class and representation: Evidence from Latin America. **American Journal of Political Science**, v. 59, n.1, p. 1-18, 2015.

CHATTOPADHYAY, R., DUFLO, E. Women as policy makers: evidence from a randomized policy experiment in India, **Econometrica**, v.72, n. 5, p. 1409-1443, 2004.

CHORTAREAS, G.; LOGOTHETIS, V.; PAPANDREOU, A. A. Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. **European Journal of Political Economy**, n. 43, p. 1-13, 2016.

CIOFFI, M., MESSINA, G., TOMMASINO, P. Parties, institutions and political budget cycles at municipal level: evidence from Italy(**Mimeo**), 2012.

CLOTS-FIGUERAS, I. Are Female Leaders Good for Education? Evidence from India. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 4, n. 1, 212-44, 2012.

COX, G.W.; MCCUBBINS, M. Electoral politics as a redistributive game. **Journal of Politics**, v. 48, n.2, p. 370-389, 1986.

DRAZEN, A., ESLAVA, M. Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. **Jornal of development economics**, n.92, p.39-52, 2010.

ENKELMANN, S.; LEIBRECHT, M. Political expenditure cycles and election outcomes: evidence from disaggregation of public expenditures by economic functions. **Economics Letters**, n.121, p.128-132, 2013.

FERREIRA, F.; GYOURKO, J. Does gender matter for political leadership? The case of U.S. mayors. **NBER Working Paper**, No. 17671. DOI: 10.3386/w17671, 2011.

GUILLAMÓN, M. D.; BASTIDA, F.; BENITO, B. The electoral budget cycle on municipal police expenditures. **European Journal of Law Economics** , n.36, p. 447-469, 2013.

HANSEN, L. P. (1982). Large sample properties of generalized method of moment's estimator. **Econometrica**, v. 50, n.4, p. 1029-1054, 1982.

HAYO, B.; NEUMEIER, F. Political leaders' background and fiscal performance in Germany. **European Journal of Political Economy**, n. 34, p. 184-205, 2014.

HERWARTZ, H.; THEILEN, B. Partisan influence on social spending under market integration, fiscal pressure and institutional change. **European Journal of Political Economy**, n.34, p. 409-424, 2014.

HIBBS, D. Political parties and macroeconomic policy. **The American Political Science Review**, n. 7, p. 1467-1487, 1977.

JACOBSEN, D. I. Public sector growth: comparing politicians' and administrators' spending preferences. **Public Administration**, v. 84, n.1, p. 185-204, 2006.

KALSETH, J.; RATTSO, J. Political control of administrative spending: the case of local

governments in Norway. **Economics and Politics**, n.10, v. 1, p. 63-83, 1998.

KNEEBONE, R. D.; MCKENZIE, K. J. Electoral and partisan cycles in fiscal policy: an examination of Canadian provinces, **Internation Tax and Public Finance**, n. 8, p. 753-774, 2001.

LINDBECK, A.; WEIBULL, J. Balanced-budget redistribution as the outcome of political competition. **Public Choice**, n. 52, p. 273-97, 1987.

MARTÍNEZ-BRAVO, M. The local political economy effects of school construction in Indonesia. **American Economic Journal: Applied Economics**, forthcoming, 2016.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S.; CARVALHO, A. X. O que leva um governante à reeleição. **Texto para discussão IPEA nº 1135**, 2005.

NORDHAUS, W. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, n. 42, p. 169–190, 1975.

PANDE, R. Can mandated political representation increase policy influence for disadvantaged minorities? Theory and evidence from India. **The American Economic Review** v. 93, n. 4, p. 1132–1151, 2003.

PARK, S. The politics of redistribution in local governments: the effect of gender representation on welfare spending in California counties. **Journal of Public Policy**, v.34, n.2, p. 269-301, 2014.

PERSSON, TORSTEN; TABELLINI, G. **The economic effect of constitutions: what do the data say**. Cambridge: MIT Press, 2003.

PETTERSSON-LIDBOM, P. Do parties matter for economic outcomes? A Regression Discontinuity approach. **Journal of the European Economic Association** n.6, p. 1037–1056, 2008.

POTRAFKE, N. Public expenditures on education and cultural affairs in the West German states: does government ideology influence the budget composition? **German Economic Review**. v.12, n.1, p. 124-145, 2010.

REHAVI, M. M. Sex and politics: do female legislators affect state spending? **Mimeo**, University of California Berkeley, 2007.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **American Economic Review**, n. 80, p. 21–36, 1990.

_____; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economics Studies**, n. 55, p. 1–16, 1988.

ROODMAN, D. How to do xtabond2: An introduction to difference and system GMM in Stata. **Stata Journal**, v.9, n.1, p. 86-136, 2009.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 – 2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**, v. 39, n.1, p. 39-58, 2009.

_____; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, n. 137, p.301–314, 2008.

_____; MENEZES-FILHO, N.. Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. **Public Choice**, n. 148, p. 233-247, 2011.

SVALERYD, H. Women's representation and public spending. **European Journal of Political Economy**, v.25, n. 2, p. 186-198, 2009.

VEIGA, L. G.; PINHO, M. M. The political economy of intergovernmental grants: Evidence from a maturing democracy. **Public Choice**, n. 133, p 457-477, 2007.

_____; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, n.131, p. 45–64, 2007.

VERBEEK, M. **A Guide to Modern Econometrics**, John Wiley & Sons, Ltd.: Chichester, England, 2008.

WINDMEIJER, F. A finite sample correction for the variance of linear two-step GMM estimators. **Institute of Fiscal Studies Working Paper Series** No W00/19, 2009.

ZUCCO, C. Esquerda, Direita e Governo: A Ideologia dos Partidos Políticos Brasileiros, in T. Power e C. Zucco (orgs.), **O Congresso por Ele Mesmo: Autopercepções da Classe Política Brasileira**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.